

AS AVENTURAS DO CARDEAL

*Dr. Aníbal Pereira dos Reis
(ex-padre)*

Edições Cristãs

ÍNDICE

Um “irmão” na cama de casal
O perfil de outro cardeal
Os demônios dos ventos contrários
Outras aventuras do desesperado cardeal
Desmascaradas as aventuras do cardeal
O cardeal surpreendido com a boca na botija
Ainda o Cardeal apanhado no pulo
O nó Górdio na questão
Por que o cardeal não manda brasa?
Outra vez o cardeal aventureiro em cena

.oOo.

UM “IRMÃO” NA CAMA DE CASAL

Esperto e sabido como ele só. Financista de mão cheia. Bom papo. Gente fina!

No púlpito, sua eloquência de voz de barítono extasiava o auditório. Sua palavra fácil iluminava céus de estrelas, coloria arrebóis, espalmava pétalas de rosas, recendia delicados perfumes...

Olhos azuis de olhar profundo. Lábios bem recortados nas faces coradas perpetuavam permanente e discreto sorriso.

Mãos bem torneadas de dedos delicados e longos com o anular direito enriquecido de preciosa gema no anel prelatício.

Postura retilínea e imponente completada com vasta cabeleira. O “pão” das moças apaixonadas e românticas!

Ufanava-se o Cardeal Buffoni de ser a atração nas rodas femininas da *society*.

Arcebispo de uma arquidiocese de território grande e zona rica de agricultura. Cinquenta e tantas paróquias sob a sua jurisdição espalhadas e distantes a lhe exigir frequentes viagens.

Chegou a vez de Jardinândia receber sua visita pastoral.

Informado da má notícia, arreliou-se o vigário.

– Que diabo! Duas desgraças num ano só: as enchentes de janeiro que arrasaram as lavouras com incalculável prejuízo da festa de “são” Sebastião e agora a visita do bispo! Era só o que faltava!

Urgia pôr tudo em ordem a principiar pelos livros de batizados, de óbitos, de casamentos. Tudo em atraso porque a Jerusa, aquela relaxada que, depois de solteirona, resolveu namorar pra valer. Namoro de envergonhar as sombras das árvores do jardim da matriz nas noites de fim de quarto minguante. A danada caiu na boca do povo, apesar de manhã bem cedo estar no templo a cumprir a devoção da missa e comunhão diárias.

Toca o vigário a varar longas horas noturnas na tarefa de passar a limpo nos livros competentes todos aqueles registros atrasados.

A todo vapor urgia deixar tudo em absoluta ordem.

– O tempo passa depressa. E agosto chega logo – considerava o pároco.

E chegou...

A cidade em peso baixou na praça da matriz para receber o cardeal arcebispo. Foguetório. Banda de música. Os vigários das cidades vizinhas acompanhados de comitivas. Autoridades. Repiques de sinos. Pessoas gradadas nas escadarias do templo. Bandeiras das associações religiosas. E o discurso do prefeito municipal com a entrega da chave simbólica a sua eminência.

Discurso empolado. Em estilo gongórico. Entrecortado pelas palmas iniciadas e incentivadas pelo vigário, solícito em bem impressionar o prelado.

Pobre vigário! De tão atarefado e emaranhado em tantas picuinhas do complicado ritual canônico que se esqueceu de um objeto importante da ocasião.

De tudo se lembrara. Ali se perfilavam os acólitos embatinados de vermelho. Na mão de um deles a caldeirinha de água benta com o respectivo hissopo. Na de outro, a almofada macia no tecido rico e preciosamente bordada de domínio da madame Eneida Tranqueira, de família abastadíssima de fazendeiros. Doutra madame de idêntico estofamento econômico-social o tapete estendido para sua eminência pousar seus pés calçados em macios sapatos de fivelas de prata.

Tudo em ordem!

Persignara-se o cardeal com o hissopo a pingar água benta. Asperge os circunstantes.

E quando o acólito se prostra a oferecer a almofada para sua eminência genuflectir... o vigário dá pelo esquecimento do crucifixo.

– Caramba! E agora? – resmungou.

Na exata hora do cardeal beijar oficialmente o crucifixo, é que dele se lembra... Um horror!

– Perdão, eminência – tartamudeou o coitado.

Ampliou o sorriso o arcebispo e tranquilizou o pároco:

– Doutra vez você não esquecerá.

Concluídas as solenidades da instalação oficial da visita pastoral, seguiu-se o banquete.

O amplo salão do Clube de Jardinândia regorgitava de gente. Só pessoas gradadas. Realçavam-se os decotes amplos em vestidos da última moda. Sucediavam-se os pratos de iguarias requintadas. Tilintavam os copos nos gargalos das garrafas de capitosos vinhos.

A pose do cardeal por si só bastava para retribuir as mesuras contínuas dos fiéis embevecidos com a personalidade do seu hierarca, um belo espécime de homem burguesmente cultivado.

Sentia-se compensado o vigário. O banquete fora completo. Tudo na mais perfeita ordem. Até o presidente da Câmara Municipal, etilista de proa, soube conter-se, bebendo o mínimo.

O discurso do Jamil, presidente do Rotary, ao erguer o brinde de boas-vindas ao eminente visitante, no fim do regabofe, foi discreto em suas afirmações e de apenas oito minutos.

A palavra do purpurado extravasou-se de simpatia e galanteios “a esta sociedade cristã de Jardinândia”.

Os ponteiros dos relógios assinalavam cinco para uma da madrugada quando o vigário abriu a porta da casa paroquial a fim de hospedar a ilustre visita cortejada de dois sacerdotes e dois “irmãos” leigos (o Sandro e o Eduardo).

– Eminência – silabou o vigário, – por caridade, se faltar alguma coisa, reclame e, por antecipação, peço-lhe, perdoe-me. Creio que tudo está em ordem. Pelo menos, esforcei-me nesse sentido.

E, com efeito, quisera contentar em tudo o seu hierarca. Conhecia-lhe os gostos e os hábitos. A tudo ocorrera com esmero. Inclusive a cama de casal solicitada por sua eminência às vésperas da visita pastoral. E com um belo colchão de molas.

Chegados à casa paroquial, exaustos da extensa programação e do lauto banquete, apressavam-se todos em busca do leito.

O vigário a cada um indicava o quarto. A cada sacerdote um aposento separado. O da frente da casa, dotado de instalações higiênicas próprias, destinava-se ao cardeal-arcebispo. Os dois “irmãos” leigos ficariam num quarto só. E o vigário lá nas dependências dos fundos, próximas da cozinha, o cômodo dos trastes da casa.

A canseira em excesso e as preocupações afugentavam-lhe o sono. Mal se deitara, decidiu levantar-se. *Dar uma olhada pelas portas nunca é demais...*

Notou entreaberta a porta do quarto do cardeal. Pensou encostá-la.

Decidiu deixá-la ficar assim. Talvez sua eminência sentisse muito calor, embora a temperatura ambiente estivesse na marca dos 15 graus.

Pé ante pé, voltou à sala das refeições. Às escuras, sentou-se na cadeira junto da janela semiaberta.

Ficou ali absorto em seus pensamentos e a recriar-se pelo esquecimento do crucifixo. Em sua mente perpassavam o altar e os apetrechos dispostos em seus próprios lugares para a missa da manhã seguinte. Que nada faltasse, augurava o preocupado sacerdote.

Um movimento de porta o arrancou dos pensamentos. E do quarto dos “irmãos” leigos, a passos de setim, saiu o Sandro.

Sem supor a presença de alguém que o pudesse observar, na maciez dos seus passos, prosseguiu corredor adiante e penetrou nas dependências do cardeal, cerrando a porta e dando volta à chave.

Estupefato, mal podia o pároco conter suas interjeições de assombro. *O que fora fazer lá o “irmão” Sandro?*

Passaram-se as horas. Às seis horas levantar-se-ia o prelado. Às cinco horas e trinta minutos, outra vez a deslizar cauteloso, retorna o “irmão” ao seu quarto.

Por quase 4 horas permanecera o Sandro nos aposentos cardinalícios. Tempo bastante para o vigário, nas suas rumações e suspeitas, recordar-se da recomendação do arcebispo quanto à cama de casal. Lembrou-se do custo do colchão de molas, do seu cuidado até quanto à cor dele. De havê-lo experimentado para verificar se alguma mola estava mais saliente com o risco de incomodar as costas do prelado.

Essa não! O cardeal quis a cama larga para se esquentar nas carnes do Sandro, sendo, outrossim, verdadeira a recíproca.

Todas as noites a cena se repetiu...

Jamais lhe enganara aquele “irmão”. Logo que o conheceu, o vigário suspeitou dele. Aqueles gestos. O esmero exagerado nas roupas. A maneira de se sentar. Os requebros no andar. É verdade que o moço procurava reprimir-se.

Estranhava também o desvelo com que sua eminência o tratava.

Agora os seus pressentimentos se concretizavam numa brutal e escandalosa realidade.

Os seis dias daquela visita pastoral corriam numa pachorra de extrema e irritante indolência.

Já o pároco não se absorvia em preocupações com os pormenores dos programas e dos aprestos do ritual.

Tudo transcorria normalmente dentro dos trâmites da liturgia. Os banquetes se sucediam para regalo do requintado paladar do cardeal.

Satisfeito em todos os sentidos físicos, sua eminência cumpria as prescrições canônicas de sua incumbência de bispo visitador da paróquia. Nem desconfiava de estar o vigário ao corrente de suas aventuras com o Sandro.

Pertencia o moço a uma congregação ou sociedade de “irmãos” leigos destinados ao cuidado dos palácios episcopais e das casas paroquiais.

Com efeito, no catolicismo romano há uma enorme série de ordens e de congregações religiosas de frades, de freiras e de padres. Cada uma tem uma finalidade específica. O trabalho em hospitais. A direção de orfanatos. O magistério escolar. Educandários. Missões. E muitos outros e os mais variados objetivos.

Muitos anos passados, certo sacerdote, o “padre” Trabuqueiro, decidiu fundar uma congregação com o propósito de servir os bispos e os párocos. Seus membros não se ordenariam sacerdotes. Seriam apenas “irmãos” leigos com o voto de celibato, ou seja, assumiriam o compromisso de não se casarem.

Após o competente preparo no convento, passariam, de dois em dois, a morar nos palácios dos bispos e nas casas paroquiais. O principal trabalho seria o de atender a pessoa do bispo ou do pároco.

De fato, conforme os desejos do “padre” fundador, em tudo são assaz caprichosos. Tudo sabem fazer. Desde arrumar uma mesa conforme exige o figurino até dirigir as mais intrincadas solenidades religiosas. Ótimos motoristas e mãos de pluma no aplicar injeção.

O bispo ou o pároco contemplado com a dedicação desses “irmãos” está muito bem acompanhado.

O “padre” Trabuqueiro tivera muita sorte em seus intentos. De seu lado sempre estiveram todos os demônios, embora não lhe faltassem muitas vezes alguns dissabores.

O seu vício predominante assemelhava-o ao “irmão” Sandro. Guindara-o a sorte a uma polpuda capelania e à elevada função de secretário de Estado de famoso governador.

Corroboraram-lhe os propósitos os demônios e pôde o Trabuqueiro adquirir uma fazenda de imensa gleba onde instalara a sede de sua congregação de “irmãos” leigos. Sua luxuosa residência é a meta dos bispos e vigários que se revezam na busca dos “irmãos”, sempre de número escasso em vista das muitas solicitações.

O “padre” Trabuqueiro, espertalhão, jamais deixava de atender um hierarca bem posto nos escalões clericais, certo de ter nele um anteparo e um aval na eventualidade de denúncias contra os seus desmandos. Cada magnata da mitra contemplado com a presença de seus “irmãos” leigos se constituía em seu padrinho certo nas horas incertas.

O Cardeal Buffoni fora um felizardo por obter pronto beneplácito a seu pedido cheio de exigências quanto às qualificações dos “irmãos” que deveriam servi-lo. Se o “irmão” Eduardo até as cartas lhe datilografava, o “irmão” Sandro saciava-lhe as aventuras. Que outra vida poderia desejar? Se a sua consciência se embrutecera nos vícios e se a sua vaidade se sentia realizada no elevado *status* de cardeal, o que mais lhe faltava?

.oOo.

O PERFIL DE OUTRO CARDEAL

Outro é o personagem dos próximos capítulos. Deixemos o Cardeal Buffoni com o seu querido Sandro a visitar as paróquias da sua arquidiocese instalada numa área do globo terrestre.

Das repugnantes aventuras de Buffoni passemos a conhecer as macabras façanhas de outro purpurado.

Buffoni é uma figura fictícia, bem como fictício é o caso narrado. Mas, *se no é vero é bene trovato*.

O nosso personagem agora é o Cardeal Agnelo Rossi. Personagem real. De carne e osso. Corpulento. De gestos grosseiros. Perfil comum. Olhos escondidos em lentes grossas de óculos de grossos aros.

Necessária a lembrança dos seus antecedentes se se quiser entender as suas proezas registradas nas páginas seguintes.

Fez o seu curso de teologia em Roma para se imbuir mais fortemente da mentalidade inquisitorial de sua seita. Ordenado sacerdote em março de 1937, apesar de reduzida bagagem intelectual, veio a ser professor do Seminário Central do Ipiranga, em São Paulo, com o objetivo de, com os seus colegas de magistério, na totalidade exdiscípulos da mesma universidade de Roma, inocular nos seus alunos a peçonha do ódio.

Nessa época, ao lado do cônego Carlos Marcondes Nitsch, fundou o SECRETARIADO NACIONAL DE DEFESA DA FÉ, responsável, de acordo com o seu estatuto, pelo combate cerrado e vigoroso às heresias, produzindo uma enorme série de opúsculos sobre cada denominação evangélica e seita protestante, difundidos pela Editora Vozes Ltda. (Petrópolis-RJ). Nessas páginas ressuma a má-vontade através de informações opostas à verdade histórica e destoantes dos verdadeiros propósitos de suas vítimas.

Em fins de 1938 lançou ao público o seu livro “DIRETÓRIO PROTESTANTE NO BRASIL”, apresentado como “COMPILAÇÃO” da obra do jesuíta Camilo Crivelli, “Diretorio Protestante de la América Latina” (Isola Del Siri – Macione & Pisani – 1033 – Itália).

A sua pequena cultura embargou-lhe ir além dessa “COMPILAÇÃO”, motivo que privou os seus diocesanos das costumeiras cartas pastorais.

Rossi, a denunciar sua acendrada mania antiprotestante, começa o seu livro-compilação com a seguinte frase: “POUCO LISONJEIRAS SÃO AS PRIMEIRAS APARIÇÕES DE PROTESTANTES NO BRASIL” (p. 13).

À p. 23, transcreve as declarações do carola José Felício dos Santos originalmente estampadas no jornal “A UNIÃO” (Rio de Janeiro, 27 de março de 1921): “O protestantismo é detestado pela nossa melhor gente, mesmo fora do meio católico. Ele não é apenas o inimigo da nossa religião; é também o inimigo das nossas tradições, não somente das tradições da nossa pátria, como das tradições da nossa raça. Na

História do Brasil, o protestantismo só aparece com os elementos da desgraça, da rapinagem, de devastações e ruínas...”.

Esta última frase das declarações de José Felício dos Santos, citadas por Agnelo Rossi, merecem realce em caixa alta: “NA HISTÓRIA DO BRASIL, O PROTESTANTISMO SÓ APARECE COM OS ELEMENTOS DA DESGRAÇA, DA RAPINAGEM, DE DEVASTAÇÕES E RUÍNAS...”.

A mentira, desde o início, lastreou as aventuras antiprotestantes do Agnelo Rossi.

Imbuído de ódio contra os evangélicos, à p. 147, alerta os católicos contra os colportores, “os propagandistas viajantes que, de povoação em povoação, de casa em casa, vão desenvolvendo uma propaganda ativíssima com a venda de Bíblias e opúsculos evangélicos e com a distribuição de folhetos de propaganda. Ordinariamente são homens peritos para convencer, com termos sonoros e lábia invulgar”.

Agnelo Rosi lecionou (?) no Seminário Católico de São Paulo até 1944, sendo eu também seu aluno e cooperador de suas atividades no SECRETARIADO NACIONAL DE DEFESA DA FÊ, tendo vendido muitos exemplares do seu livro-compilação. Rossi exerceu grande influência no nefasto condicionamento psicológico dos alunos daquele Seminário.

Esse estabelecimento de preparação de clérigos tinha ao meu tempo de seminarista católico vastíssima e excelente biblioteca, tendo-me como dos seus mais assíduos frequentadores.

Certa tarde topei com a massuda obra italiana de Crivelli. Compulsei-a.

E, pasmo, verifiquei que o livro do “padre” Rossi era escandaloso plágio, *ipsis verbis*, dos capítulos alusivos ao protestantismo no Brasil. Limitara-se a escrever a introdução e a tradução.

Aventurou-se a lançar o livro com o título de “Diretório Protestante no Brasil”, tendo o seu nome como autor da obra. Preenchi a ficha exigida pela biblioteca e levei emprestado o livro. Li com calma os capítulos do meu interesse. Confrontei-os com o livro de Rossi.

Escandaloso plágio! *Ipsis litteris!*

Um dos meus graves males é o de não “deixar pra depois” ou o de não “deixar pra lá”.

Peguei os dois livros. E fui ao escritório do “padre” Rossi.

Coitado! O sangue forçava os poros por onde queria estourar.

Colhera-o na mais vergonhosa aventura de plágio.

Perguntei-lhe:

– Por que o senhor não colocou o seu nome como simples tradutor? Será honesto apresentar-se como autor da obra quando apenas a traduziu?

Agnelo Rosi nunca me perdoou o haver eu desmascarado a sua ignóbil façanha. O mínimo que me fez foi tachar-me de “injusto”. Injusto por descobrir-lhe o plágio...

Depois de haver servido em escolas católicas de Campinas (Estado de São Paulo), sua terra natal, foi nomeado, em 1956, bispo da então diocese de Barra do Piraí (Estado do Rio de Janeiro), onde permaneceu até 1962, quando foi transferido como arcebispo para Ribeirão Preto (Estado de São Paulo).

Nesta arquidiocese católica foi meu bispo. Por sinal, o último porque em maio de 1965 abandonei o sacerdócio romanista por me haver convertido evangelicamente a nosso Senhor Jesus Cristo.

Tendo eu abjurado o dogma católico, Agnelo Rossi veio a se envolver na terrível perseguição que contra mim se levantou por motivo da minha conversão ao Evangelho.

Registre essas perseguições em meu livro “TORTURAS E TORTURADO”, em cujas páginas, à farta documentadas, desmascaro outras aventuras de Rossi. Aventuras essa reveladoras da permanência da fúria inquisitorial do clero pós-conciliar contra quem discorda dos dogmas papais.

Depois de Ribeirão Preto, Agnelo dirigiu por quatro anos a arquidiocese de São Paulo, sendo, em novembro de 1970, levado para Roma com a incumbência de ser prefeito da SACRA CONGREGATIO DE PROPAGANDA FIDE ou SACRA CONGREGATIO PRO GENTIUM EVANGELIZATIONE (Sagrada Congregação de Propagação da Fé ou Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos), cujos objetivos se enquadram exatamente em sua mentalidade antiprotestante.

Sublinhe-se! Realce-se! Frise-se! Agnelo Rossi foi escolhido para ocupar o posto de prefeito ou presidente dessa Congregação em virtude do seu espírito acendradamente inquisitorial e antiprotestante.

.oOo.

OS DEMÔNIOS DOS VENTOS CONTRÁRIOS

Sucede-o no sôlio da arquidiocese dos católicos na Capital de São Paulo o sr. Paulo Evaristo Arns.

Mantêm ambos assídua correspondência epistolar.

Com a data de 12 de novembro de 1971, o cardeal Agnelo Rossi escreveu ao cardeal Arns a carta do seguinte teor:

“Faço votos de que os seus empreendimentos à frente da saudosa Arquidiocese de São Paulo estejam se concretizando.

Tivemos conhecimento da sentença judicial favorável ao Padre Aníbal Pereira dos Reis. Certamente ele tomará medidas para proclamar e divulgar amplamente essa decisão porque isso lhe interessa. É lamentável que a sorte lhe haja favorecido. Agora, por certo, ele se inflamará ainda mais na sua pertinácia de pregador protestante.

Como seu antigo professor e observador de suas atividades como seu bispo que fui, reconheço ser ele um dos sacerdotes mais cultos do Brasil. É invejável a sua enorme capacidade de trabalho. Inteligente, culto é, ainda, teimosamente trabalhador. No momento é o herege mais em evidência no Brasil e quem mais perturba o avanço do ecumenismo. Não fosse ele e muito mais já se teria conseguido. Os seus livros, além de suas pregações, vêm causando enormes dificuldades para os nossos planos aí no Brasil. Tememos que essa literatura seja traduzida em outras línguas, o que iria alastrar o mal em outros países.

O Santo Padre, informado de tudo e apreensivo, solicita-lhe, por meu intermédio, que insista nas reuniões da CNBB para que se estudem medidas a serem adotadas para coibir e neutralizar os efeitos do trabalho desse sacerdote. Se nós o perdemos, o que foi enorme prejuízo, agora é necessário barrar-lhe a impetuosidade.

O que fazer? Como já disse, é preciso que se estudem medidas adequadas. Talvez promover alguma coisa para desmoralizá-lo entre os próprios protestantes.

Os bispos no Brasil devem se convencer de que o Padre Aníbal é o sacerdote que atualmente mais causa preocupações a Paulo VI, que está sumamente interessado numa urgente solução.

Mande-me sempre notícias, bem como recortes interessantes de jornais e revistas.

Envie-me também informações sobre o exame e as medidas a serem tomadas pela CNBB sobre o assunto Padre Aníbal Pereira dos Reis a fim de manter informado o Santo Padre.

Com um abraço de

a) + Agnelo Rossi”

É do meu interesse provar a legitimidade dessa transcrição e, em consequência, exibô-a no final deste livro, em fac-símile, embora de

tamanho reduzido com relação ao original por causa do formato deste livro.

Com todas as exigências legais de firma reconhecida e de legítima autenticação, chegou-me às mãos a sua fotocópia.

Segundo planos do autor, cumpridas as suas finalidades, a carta seria queimada ou recolhida aos arquivos clericais.

Mas nem sempre os demônios assopram as brasas dos seus apaniguados...

De posse dela, remeti uma cópia a O JORNAL BATISTA, órgão oficial da Convenção Batista Brasileira, que a divulgou em seu número de 19/23 de janeiro de 1972, sob o título: “A HIERARQUIA CATÓLICA BRASILEIRA QUER LIQUIDAR O EX-PADRE ANÍBAL?”

De alto a baixo foi desmascarada outra aventura rossiana. E por aquele mesmo que muitos anos passados lhe desmascarara a impostura do plágio!

.oOo.

OUTRAS AVENTURAS DO DESESPERADO CARDEAL

Agnelo Rossi que agora, por dever de ofício, à frente da S. Congregatio de Propaganda Fide, acompanha em cima a literatura e a imprensa evangélicas, particularmente do Brasil, visado com grande empenho pelo romano pontífice, exasperou-se e decidiu em outra aventura anular os efeitos da publicação de sua carta.

Que façanha engendraria?

Porventura correria ele a confirmar em público o teor dessa carta? E a autoria dela?

Viria, acaso, dizer ele: – Sim, é verdade! Eu mesmo escrevi essa carta. Eu confirmo os seus termos!?

Acaso faria isso? Assumiria publicamente a responsabilidade de sua autoria?

Seria essa a atitude consentânea de quem propõe semelhantes ameaças em carta particular a um amigo e companheiro de militância nas mesmas hostes clericais?

Só os pascácios, os ingênuos, poderiam esperar semelhante disposição. A disposição de proclamar a legitimidade da carta.

E se ele silenciasse?

Mas o silêncio seria uma tácita anuência porque quem cala consente.

Se fosse Rossi um pouco inteligente teria se calado, apesar de tudo.

Ter-lhe-ia sido mais favorável o silêncio porque a maior desgraça é a de se defender uma causa perdida.

Sujeitou-se Agnelo ao acometimento da defesa da causa perdida.

Alvitrou negar a autenticidade da epístola. Comportou-se como um menino (única criança em casa) quando faz pipi no tapete e diz: – Não fui eu, mamãe!

Valeu-se de um dispositivo da legislação especial da imprensa e escreveu em 7 de fevereiro de 1972 uma carta a O JORNAL BATISTA, encaminhando o seu artigo onde enfileira suas desconexas justificativas.

Eis a carta:

“Tendo ‘O Jornal Batista’ publicado, em destaque, na primeira página, um documento falso de nossa Congregação, com assinatura minha, retirada de qualquer outro documento antes de minha elevação ao cardinalato, espero que, de acordo com a ética jornalística, publique, com o mesmo destaque e no mesmo local, a retratação anexa.

Não lhe faço pedido oficial, formalizado pela S. Congregação para a Evangelização dos Povos ou endereçado ao Ministério de Justiça do Brasil, mas confio na lisura e na seriedade de ‘O Jornal Batista’. Atenciosamente

a) Agnelo Card Rossi

O artigo-justificação se intitula: “GROSSEIRA FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO DA CÚRIA ROMANA” e desenvolve o seguinte arrazoado:

“Cardeal Agnelo Rossi

Afortunadamente lembrou-se alguém de me enviar o exemplar de ‘O JORNAL BATISTA’ (19 a 23 de janeiro de 1972, ano LXXII, nº 4) que coloca em destaque, na primeira página, sob o título: ‘A HIERARQUIA CATÓLICA QUER LIQUIDAR O EX-PADRE ANÍBAL?’, um documento da S. Congregação de Propaganda Fide, com minha assinatura. Teria eu enviado uma carta a Dom Paulo Evaristo Arns, em 12 de novembro de 1971, em que, além de descabidos elogios ao padre Aníbal Pereira Reis, hoje pregador batista, reconheceria nele ‘o herege mais em evidência no Brasil’ e, depois de ter auscultado as preocupações do S. Padre sobre o caso, teria sugerido à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que ‘se estudem

medidas adequadas’... ‘para desmoralizar’ Aníbal e ‘barrar-lhe a impetuosidade’. Comentando a sibilina carta, ‘O JORNAL BATISTA’ pontifica: ‘Roma é sempre a mesma’.

Evidentemente caí das nuvens... simplesmente porque a carta é apócrifa e o documento é grosseiramente falsificado. Espero, portanto, que, de acordo com a ética profissional jornalística, ‘O JORNAL BATISTA’, com o mesmo destaque, reproduza a devida retratação, se não quiser ser cúmplice de crime contra a verdade e a justiça.

Poderia dissertar longamente sobre o assunto, procurarei entretanto, ser breve na justificação de minha assertiva, sem descer a comentários sobre a indigna manobra e suas desabonadoras consequências.

É apócrifa a carta. A Dom Paulo, meu sucessor, escrevo geralmente à mão (parece-me mais familiar e minha letra é legível), mas sempre com algum calor que traduz meu afeto e meu apreço a ele e à Arquidiocese de São Paulo. Naquele 12 de novembro, aliás, estava muito ocupado com o Sínodo e se quisesse tratar de um assunto para a CNBB, tinha aqui, em Roma, em pessoa, o seu Presidente, Dom Aluísio Lorscheider, meu íntimo amigo, e outros prelados brasileiros, delegados ao Sínodo. Com referência à CNBB, esclareço que não sou eu embaixador aqui em Roma nem Dom Paulo é meu porta-voz junto à CNBB. Interesso-me, naturalmente, pela sorte da Igreja no Brasil, mas nem substituo, nem oriento a CNBB, nem sou o porta-voz do Papa para o Brasil, pois, não de hoje existem canais competentes para tanto. Como prelado brasileiro, desejando sugerir algo à CNBB, é óbvio, recorro ao seu Presidente ou ao seu Secretário Geral. E, afinal, devo confessar que se Aníbal Pereira Reis não estivesse, agora, ligado a esta infeliz e deprimente manobra talvez se me lembrasse dele seria apenas para rezar por ele.

Afirmo que a falsificação do documento é grosseira. Forjaram um papel oficial que nunca poderia existir em nossa Congregação. Pois o escudo é do Papa Paulo VI e não da nossa Congregação. O título é anacrônico, de antes do Vaticano II. O documento publicado não é protocolado, o que é absolutamente necessário para indicar sua autenticidade e validade. Não observa a praxe da Cúria quanto ao modo de indicar o destinatário e quanto à conclusão. Reproduz uma assinatura minha, anterior ao meu cardinalato e à minha indicação como prefeito da S. C. para a Evangelização dos Povos. Fotografou-se uma minha anterior assinatura (sic: + Agnelo Rossi), quando, hoje, nos documentos oficiais, assino, graças à universalidade de minha missão na Igreja, sem a cruz antecedendo meu nome, com estes dizeres: Agnelo Card. Rossi, Pref. Colocaram a tal assinatura

abaixo de uma carta que, pelo estilo e conteúdo, nunca poderia escrever. Infeliz manobra!

Porque nada se constrói de bom sobre a falsidade e a mentira... e porque creio que a direção de 'O JORNAL BATISTA' tenha sido ludibriada em boa fé, quanto ao documento, ousou esperar o conseqüente e nobilitante gesto de retratação de um jornal que se preza ser órgão oficial da Convenção Batista Brasileira.

*a) Cardeal Agnelo Rossi
Roma, 5-2-1972".*

Ainda com o objetivo de demonstrar a autenticidade desse artigo, e da carta anterior, exibo ao final deste livro, conquanto em tamanho reduzido por motivos óbvios, o fac-símile de ambos.

O JORNAL BATISTA tem consciência de suas responsabilidades e sabe acatar em toda a linha a ética jornalística. Por isso deu guarida às “razões” agnelianas e em seu número de 5 de março de 1972 publicou o artigo-justificativa, favorecendo-lhe o mesmo destaque da publicação anterior.

Os jornais católicos não gozam dessa lisura. Eles são incapazes de idêntico comportamento.

A simples leitura dessas justificativas rossianas, contudo, demonstra as suas aberrantes contradições.

Contradições que confirmam a carta de novembro de 1971.

.oOo.

DESMASCARADAS AS AVENTURAS DO CARDEAL

Analisemos, uma por uma, as justificativas do inquisitorial prefeito vaticano e teremos anulada a sua proeza de assegurar ser a primeira carta uma “grosseira falsificação”.

I

Em sua justificativa, o Cardeal Rossi assegura: *“reproduz uma assinatura minha anterior ao meu cardinalato e à minha indicação como Prefeito da S. C. para a Evangelização dos Povos. Fotografou-se uma minha anterior assinatura (sic: + Agnelo Rossi), quando hoje, nos documentos oficiais, assino graças à universalidade de minha missão na*

Igreja sem a cruz antecedendo meu nome, com estes dizeres: Agnelo Card. Rossi, Pref.”.

Secundando-o, o sr. Evaristo Arns considera “a prova mais evidente de falsificação a assinatura aposta à carta” (Folha de São Paulo, 11-4-79).

Desmoralizam-se, todavia, as façanhas do Rossi com as suas próprias palavras. É um verdadeiro pegar-se o peixe pela boca ou um sair o tiro pela culatra.

1) Clara, categórica e textualmente, assevera Rossi ser a sua assinatura oficial a seguinte: “AGNELO CARDEAL ROSSI, PREF.”.

Releia-se o tópico alusivo à sua assinatura no artigo-justificação.

Alega ele o motivo de ser assim a sua atual assinatura: a universalidade de sua missão como cardeal e como prefeito da S. C. para a Evangelização dos Povos.

Agora verifique-se a assinatura da carta manuscrita endereçada a O JORNAL BATISTA que acompanhou o artigo.

Está: “Agnelo Card. Rossi”. Falta o “PREF.”.

Se a assinatura oficial inclui o “PREF.” (abreviação de Prefeito por ocupar ele esse cargo naquela Congregação), é evidente, ao assinar esta segunda carta, deveria tê-lo posto.

Deveria tê-lo posto por ser requisito importante conforme declaração do próprio Rossi.

2) Nas suas justificações alega ser a sua assinatura oficial: “AGNELO CARDEAL ROSSI, PREF.”.

Ora, note-se como está o seu nome em seu artigo-justificativa: “CARDEAL AGNELO ROSSI”.

Então a segunda carta também é apócrifa?

E o seu artigo-explicação é outra “grosseira falsificação”?

São argumentos extraídos de suas próprias alegações.

3) Confrontando-se as assinaturas de ambas as cartas exibidas em fac-símile neste opúsculo, qualquer pessoa comprova a absoluta igualdade delas, inclusive ambas trazem aquele traço no interior da letra A de Agnelo.

E este traço só aparece em suas assinaturas. Na repetição da mesma letra A no corpo da carta manuscrita não existe o referido tracinho.

4) É válida, autêntica, legítima a assinatura de Agnelo Rossi precedida da pequena cruz como está na carta de novembro de 1971,

porquanto o próprio Cartório do 1º Ofício de Notas (Rua Roberto Simonsen, 25 – São Paulo – Capital) reconheceu-a legítima, autêntica e válida em 26 de novembro de 1971, como se verifica no fac-símile inserto neste opúsculo.

Observe-se bem esta data de 26 de novembro de 1971!

O Cartório jamais reconheceria esta firma se não fosse válida, autêntica, legítima, tanto mais que nenhum Cartório reconhece uma assinatura fotocopiada ou fotografada. OS CARTÓRIOS SÓ RECONHECEM FIRMAS ORIGINAIS!!!

SÓ RECONHECEM FIRMAS AUTOGRAFADAS COM TINTA!!!

O que o compilador do “DIRETÓRIO PROTESTANTE NO BRASIL” afirmou em seu arrazoado torna-se-lhe muito comprometedor diante do Cartório que reconheceu a sua firma. É de todo aconselhável que ele respeite pelo menos nossas repartições públicas...

5) A carta cuja legitimidade Rossi contesta é de amigo para amigo, pois neste caráter a escreveu ao seu sucessor na arquidiocese paulopolitana, Paulo Evaristo Arns.

Aquele simples “AGNELO ROSSI” desvestido da púrpura do “CARDEAL” combina melhor com o afeto a uni-los e confirma a sua informação de que sempre escreve *“com algum calor que traduz meu afeto e apreço a ele e à Arquidiocese de São Paulo”*.

O próprio Arns, com idêntico afeto ao Rossi, mesmo quando a ele se refere em suas declarações aos jornais, omite o salamaleque do título Cardeal. Chama-o simplesmente de “dom Agnelo” (Folha de São Paulo, 11-4-1979).

6) O cardeal emprega obrigatoriamente este vocábulo (isto é, o de cardeal) no meio de sua assinatura em cartas pastorais, em mensagens oficiais transcritas na imprensa. O próprio Rossi, aliás, salienta este pormenor de ser a sua assinatura enfeitada com a designação “cardeal” quando usada em “DOCUMENTOS OFICIAIS”.

Ora, a carta em tela é de assunto bem particular, destituído de qualquer laivo oficial. Por conseguinte, ele pode perfeitamente dispensar, como às vezes dispensa, esses arabescos oficiais.

II

Outra explicação rossiana é a de carência de protocolo, *“o que é absolutamente necessário para indicar a sua autenticidade e validade”*, afirma o cardeal-plagiário.

1) Mas as autoridades civis e as repartições públicas só protocolam os documentos oficiais. Ninguém venha me dizer que um governador quando, na qualidade de amigo e de colega, escreve uma simples carta a outro governador, embora nela aborde assuntos governamentais e administrativos, remete-a pelos trâmites do protocolo. Nem os secretários e ministros de Estado fazem protocolar todas as suas cartas. Nem o Presidente da República faz isso.

Tratando-se da Cúria Romana, é evidente, apenas são protocolados os documentos que seguem os caminhos da burocracia pontificia.

2) A admitir-se essa exigência de Rossi, também há de se admitir como apócrifas e de “grosseira falsificação” as suas cartas enviadas a O JORNAL BATISTA, não tendo, de igual forma, outra alternativa, o artigo-justificação.

Nenhum deles foi protocolado!

Se o protocolo “*é absolutamente necessário para indicar sua autenticidade e validade*”, conclui-se que toda a sua correspondência epistolar a O JORNAL BATISTA e aos seus colegas purpurados, inclusive Arns, é apócrifa e falsificada.

3) Tratando do mesmo assunto, Evaristo Arns ainda acrescenta à necessidade de protocolo: “abaixo da assinatura do presidente, a de um dos secretários do organismo” (VEJA- 18/4/79 – p. 25).

Ora, as outras cartas de Rossi a O JORNAL BATISTA também dispensaram esta segunda assinatura.

E as epístolas de Agnelo a Arns porventura trazem esta segunda assinatura?

.oOo.

O CARDEAL SURPREENDIDO COM A BOCA NA BOTIJA

As outras falsificações de Rossi, o plagiador, prosseguem em idêntico fulcro do seu temperamento e de sua conduta sempre marcados pela irresponsabilidade.

O seu artigo-explicação se constitui em outra aventura fracassada.

Com efeito, os seus outros itens pecam por serem também sobremodo pueris.

1) Na ansiedade de anular a carta de novembro de 1971 porque a sua divulgação ocorrida poderia retardar os seus propósitos inquisitoriais, o cardeal afirma: “*A Dom Paulo, meu sucessor, escrevo geralmente a mão...*”.

Observe-se o “*DOM PAULO*”. Por que não o cardeal Arns? “*Dom Paulo*” é tratamento mais íntimo!

2) Ora, “*GERALMENTE*” não é sinônimo de “*SEMPRE*”. Portanto, reconhece, e embora lhe pareça legível a letra, datilografar, pelo menos às vezes, suas missivas. Datilografa-as quando lhe convém? Ou apenas quando tem muito que fazer (???), utilizando-se de funcionários de sua Congregação?

3) Arns, porém, assegura que a sua correspondência “*SEMPRE foi manuscrita e não datilografada como a carta forjada*” (Folha de São Paulo, 11/4/1979).

Rossi disse: “*GERALMENTE*” e Arns assevera: “*SEMPRE*”.

“*GERALMENTE*” supõe que algumas vezes a correspondência é datilografada. “*SEMPRE*” não abre exceção porque “*SEMPRE*” é manuscrita.

Quem tem razão? Rossi ou Arns?

4) Para o próprio O JORNAL BATISTA, Rossi mandou naquela ocasião duas cartas, as quais poderão ser vistas no final deste livro.

Como se vê: uma manuscrita e a outra datilografada.

E a de novembro de 1971 não poderia também ser datilografada?

5) Conservo as cartas de Rossi a mim dirigidas também datilografadas.

6) Alega em sua nova investida o Cardeal Rossi: “*Naquele 12 de novembro, aliás, estava muito ocupado com o sínodo...*”

Por estar “*muito ocupado com o sínodo*” (?) não se encaixaria, porventura, em seu programa um tempo para correspondência? Ou a urgência de aproveitar como portador um dos bispos do Brasil presentes àquela assembleia não lhe propiciou uns minutos para rascunhar a carta, deixando a algum subalterno a incumbência de datilografá-la, pois que, com segurança, dispõe de muitos secretários e outros funcionários na Congregação para a Evangelização dos Povos, da qual é presidente ou prefeito?

Ou datilografou-a para se valer deste subterfúgio de que agora se vale, caso se tornasse do domínio público?

7) Afirma, outrossim, o prefeito da S. Congregatio de Propaganda Fide: “... se quisesse tratar de um assunto para a CNBB, tinha aqui, em Roma, em pessoa, o seu presidente, Dom Aloísio Lorscheider, meu amigo íntimo, e outros prelados brasileiros, delegados ao Sínodo”.

Se tratou do assunto com o presidente da CNBB, seu “*íntimo amigo*”, isto o impediria, por acaso, de escrever a Paulo Evaristo Arns, o seu sucessor na Arquidiocese Romana em São Paulo? Aliás, as boas regras parlamentares vedam ao presidente de uma assembleia propor moções. É de se acreditar que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos no Brasil) em suas assembleias aplique essas regras parlamentares usadas inclusive nas reuniões de sindicatos operários.

8) O então presidente da CNBB, Aloísio Lorscheider, na época era bispo em Santo Ângelo, no Estado do Rio Grande do Sul, e eu resido em São Paulo, medeando-nos, por conseguinte, enorme distância. Agnelo Rossi, cujo assunto predileto é o protestantismo desde os tempos em que era professor no Seminário Católico de São Paulo, quando fundou o Secretariado Nacional de Defesa da Fé, inclusive com a minha cooperação pessoal, Rossi ao escrever a Paulo Evaristo Arns, quis informá-lo de pormenores sobre o “*herege mais em evidência no Brasil*”.

Ambos residentes em São Paulo (Arns e o “*herege*”), o arcebispo romano poderia seguir mais de perto o ameaçado e transmitir informes sobre ele a Rossi, o autor do “DIRETÓRIO PROTESTANTE NO BRASIL” que assim começa: “Pouco lisonjeiras são as primeiras aparições de protestantes no Brasil”.

Posso avaliar a sua amargura e despeito ao expor em seu arrazoado minha atual condição religiosa de “pregador batista” porque sempre teve os batistas atravessados em sua garganta desde que, no mesmo seu livro-compilação, escreveu: “São os batistas, inquestionavelmente, os principais inimigos da Igreja Católica, em nossa terra. Pelas suas obras audaciosas... outro não parece ser o seu fim senão o de descaticizar o Brasil” (p. 91).

9) Lembra o meu algoz: “Com referência à CNBB, esclareço que não sou seu embaixador aqui em Roma nem Dom Paulo é meu porta-voz junto à CNBB. Interesse-me, naturalmente, pela sorte da Igreja no Brasil, mas nem substituo, nem oriento a CNBB, nem sou porta-voz do Papa para o Brasil, pois, não de hoje, existem canais competentes para tanto”.

Sim, senhores! Não é “*embaixador*” da CNBB em Roma e nem Evaristo é seu “*porta-voz junto à CNBB*”.

E, como em toda a história e também em toda a estória tem um MAS, neste subterfúgio do prefeito ou presidente da Congregação para a Evangelização dos Povos há igualmente um MAS porque confessa

interessar-se “*pela sorte da Igreja no Brasil*” tão ameaçada pelas atividades evangelísticas dos batistas e confessa ainda valer-se da CNBB.

Realça Agnelo: “*Como prelado brasileiro, desejando sugerir algo à CNBB, é óbvio recorro ao seu presidente ou ao seu secretário geral*”.

Não é ÓBVIO evidentemente que há de recorrer ao presidente ou ao secretário geral daquela organização episcopal romana quando a ela se dirige. Pelo fato de ser minha residência em São Paulo, o arcebispo romano desta Capital tem mais facilidade de estar em minha pista e, por isso, manter informada a CNBB, atendendo assim, o desejo do hierarca sumamente interessado em Protestantismo no Brasil e de maneira toda particular nos batistas, “os principais inimigos da Igreja Católica em nossa terra”.

Se residisse eu em Manaus, por exemplo, o senso prático da coisa, logicamente, iria exigir-lhe dirigir-se ao prelado de lá.

E porque Paulo Evaristo Arns até então nunca me vira e nem eu a ele, a não ser uma vez pela TV, quando apareceu com enorme cachimbão na boca, Rossi julgou de bom alvitre oferecer-lhe informações a meu respeito com o desejo, por certo, de destacar minha “periculosidade”. Informações essas que agora tacha de “descabidos elogios”.

10) Recorre o sr. Prefeito da “propagação da fé” a outro argumento: “*Forjaram um papel oficial que nunca poderia existir em nossa Congregação. Pois o escudo é do Papa Paulo VI e não da nossa Congregação. O título é anacrônico, de antes do Vaticano II*”.

Quando, durante a 54^a Assembleia da Convenção Batista Brasileira, realizada em São Paulo em janeiro de 1972, distribuí ao público cópia da carta de Rossi de novembro de 1971, em cujo verso em observações postas logo abaixo dos carimbos dos Cartórios onde a firma do remetente foi reconhecida e a xerox legitimamente autenticada, elucidei que a chamada S. Congregatio de Propaganda Fide, após o Concílio Vaticano II, em vernáculo, passou a ser designada de Congregação para a Evangelização dos Povos, tendo, outrossim, o cuidado de informar que no contexto católico o vocábulo “evangelização” é sinônimo de catequese.

Há na Cúria Romana uma infinidade de papéis e formulários para os mais diversos fins e as mais variadas circunstâncias.

Se nesta era pós-conciliar as “grandes reformas” (*risum teneatis!*) acrescentaram o título “Congregação para a Evangelização dos Povos” à designação anterior de S. Congregatio de Propaganda Fide, ou Sagrada Congregação de Propagação da Fé, não há nada de anacronismo no papel usado por Rossi onde leva o timbre antigo, mas ainda oficial da

mesma S. Congregatio de Propaganda Fide, embora a “propaganda” cheire muito a promoção comercial, de resto, adequado aos métodos promocionais das devoções católicas.

E por que “estranhar” o papel com o escudo de Paulo VI, pontífice então reinante? O Rossi usa papel com o seu escudo pessoal. A O JORNAL BATISTA escreveu em papel com o escudo da sua Congregação e em papel com o seu próprio escudo. Usar o papel com as “armas” do “papa” seria motivo de estranheza? Por quê?

Nos documentos inseridos no final deste livro pode-se observar a diversidade de escudos usados por sua eminência.

É muito pueril e sintoma de desespero por falta de razoáveis justificativas o apegar-se Agnelo nesse subterfúgio para pretender demonstrar ser “*apócrifa e de grosseira falsificação*” a carta de novembro de 1971.

Se alguém fosse forjar um documento oficial teria evidentemente o cuidado de forjá-lo bem para livrar-se do risco de ser surpreendido como forjador.

11) Na papelada vaticana usa-se e abusa-se de todo e qualquer método para se promover a pessoa do pontífice imperante, inclusive a farta exposição do seu escudo, reminiscência do anacronismo romano.

Na cúria de uma simples diocese do interior brasileiro há papéis timbrados com as armas do bispado e há papéis com o escudo do ordinário do bispado, servindo-se seus funcionários indistintamente de ambos. Eu mesmo guardo documentos de várias dioceses autografados e datilografados em papéis ora com as armas da diocese ora com o escudo do bispo.

De resto, há paróquias que, nos seus papéis, se utilizam também das armas pessoais do ordinário da jurisdição eclesiástica a que pertencem.

Lembro nesta oportunidade que o termo “ordinário” não é pejorativo, mas canônico para designar ao bispo diocesano, o qual, via de regra, por ser mesmo ordinário, honra o epíteto canônico.

Feita esta nota, destacamos que fato idêntico quanto aos papéis ocorre nas secretarias e congregações da Cúria Romana, pois lá tudo é Vaticano e todo gira em torno do “papa”, senhor absoluto de tudo. Nada a se estranhar, portanto, que nos papéis das congregações romanas se estampe o seu escudo ou brasão de armas.

12) Além das incongruências e das incoerências das “JUSTIFICATIVAS” de Rossi, a divulgação de suas explicações na imprensa secular demonstra a procedência legítima da sua carta de novembro de 1971.

Com efeito, O JORNAL BATISTA tem uma circulação restrita ao pequeno meio evangélico batista e não penetra as áreas penetradas pela grande imprensa do mundo secular.

Ora, as “justificativas” de Agnelo foram, naqueles princípios de 1972, estampadas em jornais seculares com o intuito evidente de que se efetivassem as ameaças de desmoralização propostas pela carta de 12 de novembro de 1971, tanto mais que estes jornais se omitiram quanto a exibi-la, falhando assim em sua incumbência de bem informar. Limitaram-se às declarações do prefeito purpurado.

Se a imprensa laica não divulgou a carta inquisitorial como poderia divulgar o artigo-justificação de Rossi? Se o fez, evidentemente foi em atenção aos maléficos propósitos do cardeal porque o clero manipula a imprensa como lhe apraz.

E há mais! Sobre a matéria prestei declarações a vários desses jornais e nenhum as publicou.

Por quê?

Porque esses órgãos são sabujos subservientes do poderio clerical.

.oOo.

AINDA O CARDEAL APANHADO NO PULO

“PELO ESTILO E CONTEÚDO” a carta cuja legitimidade é contestada pelo purpurado prefeito é, de fato, de autoria de Agnelo Rossi, acendradamente empenhado em antiprotestantismo. Inquisitorialmente empenhado em combater o Evangelho.

Deixaria eu de tomar conhecimento das “JUSTIFICAÇÕES” do plagiário do “DIRETÓRIO PROTESTANTE NO BRASIL” no intento de desfazer perante o público evangélico a impressão causada por aquela carta de novembro de 1971 se não fosse a minha pessoa alvo direto do seu “CONTEÚDO”.

Ao final do seu artigo-retratação afirma que *“pelo estilo e conteúdo nunca poderia escrever”* semelhante documento.

Outra “justificativa” (eu a tacharia de “grosseira” segundo a terminologia do seu autor) a evidenciar a autenticidade daquela carta. Com efeito, a sua máxima preocupação visa aos evangélicos, desde quando lançou o seu livro-plágio acima mencionado e desde quando, junto com o clérigo Carlos Marcondes Nitsch, também meu professor no seminário romanista de São Paulo, criou o Secretariado Nacional de

Defesa da Fé, com o objetivo exclusivo de cercear o trabalho dos evangélicos.

Em seu livro, ainda, Agnelo denota sua grande preocupação pelos padres convertidos ao Evangelho. Sobretudo quando reconhece a valiosa contribuição do “*sacerdote apóstata Teixeira de Albuquerque*” (pgs. 77 e 78) para o incremento dos batistas no Brasil.

Recorde-se: Agnelo Rossi foi meu professor e meu último bispo. O meu bispo no período em que exerci o sacerdócio desde minha conversão até desvestir-me da batina.

O “CONTEÚDO” da carta se enquadra no acendrado espírito inquisitorial da hierarquia romana, que se mantém aceso, embora o Concílio Vaticano II haja dado uma rápida e superficial caiação na fachada externa do catolicismo romanista. Mascarou das cores da bondade, da amizade, a cara da hidra infernal que é o clero para, intentando uma aproximação com os evangélicos, iludir os incautos que com ele querem dançar cirandinha.

Esse “CONTEÚDO” se encaixa tão perfeitamente nesse espírito de violência contra aqueles que se lhe escapam, haja vista a iniquidade do Processo 36.501, onde sobressaem mais injúrias, calúnias e achincalhes contra mim mediante declarações e testemunhas falsas forjadas pelos áulicos rossianos. É só ler o meu livro **TORTURAS E TORTURADO** para se verificar a veracidade destas afirmações.

Depois de haver lido as páginas deste livro se torna impossível a qualquer pessoa de bom senso continuar crendo nas “JUSTIFICAÇÕES” de Rossi. Mas, se houver ainda alguém tão cego pelo ecumenismo, verifique o mencionado processo. Será que Rossi irá também dizer que aquilo que sacerdotes, bispos, seus sabujos testas-de-ferro disseram contra mim, as calúnias levantadas contra a minha honra, são forjadas e apócrifas?

Nos autos desse processo, aliás, conclui-se como o clero é useiro e vezeiro em negar legitimidade e autenticidade aos seus documentos particulares quando expostos a público. Negaram o valor de toda a documentação apresentada por mim em minha defesa, mas os juízes não ofereceram guarida a essas absurdas negações que visavam a anular essa minha documentação.

O Processo 36.501 desmascara ao ecumenismo! Só faltava Rossi vir dizer que até a caluniosa denúncia contra mim levantada é apócrifa e forjada como grosseira falsificação.

ROMA É SEMPRE A MESMA!!!

Para me perseguir, valeu-se ignobilmente da JUSTIÇA, um dos poderes – o mais importante e mais delicado! – que compõem o Governo de nossa pátria.

A denúncia inquisitorial não foi acolhida pela JUSTIÇA, que me absolveu das infâmias assacadas contra mim, em primeira instância, aos 26 de abril de 1971, em Orlândia, pequena cidade do interior paulista, e, em segunda instância, no foro de São Paulo, em 7 de outubro do mesmo ano.

A transparência da sanha inquisitorial é tamanha que o próprio Ministério Público, a quem compete pedir a condenação do denunciado, solicitou a minha absolvição.

A carta de 12 de novembro de 1971 e o Processo 36.501 vedam à hierarquia romana, e de modo particular ao “eminentíssimo” Cardeal Rossi, o direito de falarem em “VERDADE E JUSTIÇA”.

.oOo.

O NÓ GÓRDIO DA QUESTÃO

Como a carta de novembro de 1971 conseguiu escapar das gavetas da cúria da arquidiocese de São Paulo ou do palácio do arcebispo Arns?

Como a sua fotocópia devida e legalmente autenticada me chegou às mãos?

É um mistério?

De maneira alguma!

Evaristo Arns vangloria-se de estar sempre muito bem informado dos assuntos tratados nas altas esferas militares porque “há sempre alguém, nos vários escalões, que, movido pela consciência, nos informa alguma coisa”, declarou ele ao jornal paulista Folha de São Paulo (11 de abril de 1979).

De minha parte, não tenho pessoa alguma naquele ambiente que me venha informar dos assuntos por lá conversados. E nem preciso. Acato a Lei, respeito as autoridades constituídas, empenho-me em meu trabalho para a grandeza do Brasil. Não tenho compromissos escusos. Por isso não cuido de saber daqueles assuntos da competência do Governo e do Exército. Respeito a farda e nela sempre encontrei segurança. Aliás, a bem da verdade, devo informar que durante os meus 15 anos de ministro do Evangelho, percorrendo seguidamente este imenso país, viajando de avião ou de ônibus, jamais fui embaraçado em meu trabalho. Nunca ninguém me pediu identificação. Sempre gozei da parte das autoridades de absoluta liberdade.

A informação de Arns, contudo, também é minha.

Há sempre alguém nas altas esferas clericais que, movido pela consciência de amigo, me informa de tudo quanto me diz respeito e que sobre a minha humilde pessoa por lá é debatido. Tenho amigos nas altas esferas clericais. E bons amigos. Reconhecem-me inocente e vítima dos hierarcas odientos.

Fiéis à velha amizade e espontâneos, querem me ser úteis.

Foi um deles que me entregou dentre outros documentos esta carta.

O seu nome?

Jamais o direi!

Nunca o revelarei por dois motivos preponderantes:

PRIMEIRO: trairia a confiança que ele me dedica.

Não quero me blasonar de virtude alguma. Mas nunca faltei à confiança em mim depositada.

Ao tempo de sacerdote recebi confidências delicadíssimas, inclusive, e sobretudo, de bispos. Conquanto haja sofrido atroz perseguições da parte deles, jamais me vinguei revelando-as.

SEGUNDO: exporia esse amigo à vingança de trágicas consequências.

Sei de quanto ódio o clero é capaz!

Submeter-me-ei a todos os sofrimentos para não revelar esse nome.

Os cardeais insinuam haja eu falsificado essa carta. Sofro essa suspeita como tributo de minha homenagem à dedicação e à confiança dos meus amigos dedicados, gente das altas rodas clericais.

.oOo.

POR QUE O CARDEAL NÃO MANDA BRASA?

Tolerância, compreensão, benevolência, humildade, AMOR, são vocábulos ausentes do dicionário clerical.

Dizem os “padres” que “CRISTO NÃO MANDOU QUE NÓS NOS AMÁSSEMOS, MAS SIM QUE NOS AMASSEMOS”.

O AMÁSSEMOS com o segundo A acentuado é do verbo AMAR. E o AMASSEMOS (a última palavra da sentença) sem o acento, é do verbo AMASSAR, que quer dizer achatar, esmagar, oprimir, deprimir.

E os clérigos vivem o ditado!

A tal ponto vivem-no que o brocado latino de Plauto: “HOMO HOMINI LUPUS” (“o homem é um lobo para o homem”) é assim transformado e com intensidade sem limites aplicado: “SACERDOS SACERDOTI LUPISSIMUS” (“o sacerdote é muito mais lobo para o sacerdote”).

Sou vítima da violência indizível dos clérigos.

Após haver exercido por cerca de 16 anos o sacerdócio católico romano, abandonei-o no intuito de atender as imposições de minha consciência. Convertido evangelicamente a Jesus Cristo, jamais poderia permanecer no exercício dele.

Em decorrência do meu gesto decisivo, abateu-se sobre mim toda sorte de perseguições.

O clero chegou ao cúmulo da violência ao me levar, com um processo iníquo e calunioso, às barras dos tribunais da Justiça.

Com as calúnias mais torpes e mais vis, me arrastaram pelas ruas da amargura.

Ninguém pode imaginar quanto sofri durante a tramitação desse processo judicial levantado por este clero que usou de tanta maldade, de tanta calúnia, de tantos recursos ignóbeis...

Rossi segue a velha mania dos seus comparsas e dos seus áulicos. A de negar a validade de documentos que desmascaram a sua impostura.

Naquele processo adotou-se a mesma tática: a de acusar os meus documentos de falsos, de apócrifos, de forjados.

Suas acusações, contudo, se limitaram à verborreia inútil. Por que não requereram uma perícia técnica naquela documentação? A polícia tem recursos para dizer se é falsa ou legítima.

Em meu livro **TORTURAS E TORTURADO**, em quase 300 páginas devidamente documentadas, registro as atrocidades a que fui submetido pelos hierarcas romanistas. Cada página, cada linha desse livro foi escrita com lágrimas.

Aquele processo judicial, que levou o número 36.501, se encerrou após seis anos de tramitação pelos vários interstícios da Justiça, no dia 7 de outubro de 1971, em São Paulo, com a minha ampla vitória.

A JUSTIÇA me fez justiça, inocentando-me das acusações por serem caluniosas.

Se essa carta de Agnelo escrita em 12 de novembro de 1971, apenas um mês após a sentença judicial daquele processo, se essa carta houvesse, de fato, sido forjada, Rossi nunca perderia essa excepcional oportunidade de me massacrar.

Nunca! Com absoluta certeza, ele mandaria brasa em outro processo para me ver no cárcere.

E por que Rossi também, com relação a essa carta, se restringiu a tolas justificativas? Por que não pediu à autoridade competente uma perícia técnica?

Quem usa, cuida!

O clero de São Paulo no ano passado montou um abaixo assinado com um milhão e trezentas mil assinaturas sob um memorial pedindo ao Governo medidas que coibissem o alto custo de vida. Vejam só! Muitas dessas assinaturas foram forjadas!

E o Governo, é óbvio, nem deu a mínima atenção ao falsificado e grosseiramente forjado documento dos “padres”, que, nessa manobra demagógica, tiveram à frente o Cardeal Evaristo Arns.

Se aquela carta houvesse sido realmente forjada, com a gana que Rossi tem de me ver trancafiado na cadeia, por certo, teria se valido daquele expediente técnico e a estas horas estaria eu atrás das grades como um reles criminoso, um falsificador de documentos.

E nem seria eu tão tolo de autorizar a divulgação da carta na hipótese de suspeitar da sua legitimidade. Sei perfeitamente do ódio que o clero me tem e jamais me arriscaria. Se me expus, ao divulgar esta carta, é por estar absolutamente convencido de sua autenticidade.

.oOo.

OUTRA VEZ O CARDEAL AVENTUREIRO EM CENA

Em suas páginas amarelas, o número 553 da revista VEJA (11 de abril de 1979), apresenta sob a epígrafe: “INVESTIGAÇÃO NO CLERO”, “trechos de um relatório secreto sobre a Igreja Católica no Brasil”, elaborado em 1974.

O relatório de 357 páginas tamanho ofício é um minucioso documentário sobre a atuação subversiva do clero romano em nosso país.

Além de incluir contundentes dados preparados por serviços de informações das Forças Armadas, inseriu também essa carta de Agnelo Rossi da data de 12 de novembro de 1971, objeto desse nosso exame.

Releva observar-se que, se ela não fosse de fato autêntica, as Forças Armadas não a incluiriam num relatório de tão suma gravidade.

O fato dessa inserção é outra prova provada do reconhecimento de sua legitimidade por parte de pessoas altamente sensatas e responsáveis.

A revista VEJA se alongou em quatro páginas apresentando trechos desse relatório.

Pois bem, o clero mobilizou as suas atuais 117 estações de rádio, os seus 82 jornais e os seus 4 canais de televisão para rebater as denúncias do relatório. E todos esses órgãos da clerezia foram seguidos pela grande imprensa secular.

Os bispos e sacerdotes, incluindo-se Arns, que apresentaram as suas “explicações” fizeram apenas ligeiras considerações acerca dos outros documentos aludidos naquele relatório do CISA. Mas, irritados, demoraram-se sobre a carta de novembro de 1971. Alongaram-se em repetir as mesmas “JUSTIFICATIVAS” de Rossi na pretensão de acusar essa epístola de forjada. Interessou-lhes, sobretudo, este documento por ser ele muito comprometedor.

O sr. Evaristo Arns repetiu à revista VEJA (nº 554, de 18 de abril de 1979) as mesmas “explicações” do seu colega purpurado Rossi e se estendeu na Folha de São Paulo (11 de abril de 1979) em explicações no interesse de resguardar o prestígio da hierarquia vaticana.

Outra vez procurei alguns jornais fornecendo minhas declarações sobre o assunto.

Dei uma entrevista documentada à revista VEJA. Escrevi uma carta pormenorizada à Folha de São Paulo.

Em que pese o fato de estar envolvido o meu nome, nenhum desses jornais (nem a revista VEJA nem a Folha de São Paulo) teve a dignidade de publicar a minha palavra. Outra vez a imprensa sabuja do clero falhou em sua responsabilidade de bem informar.

A imprensa esperneia quando a censura está de olho nela, mas, conivente com o clero odiento, sonega ao público as informações verdadeiras quando se trata da honra das vítimas dos hierarcas eclesiásticos. Razão de sobra tem Max Nordeau ao incluir a imprensa entre “AS MENTIRAS DA NOSSA CIVILIZAÇÃO”.

Neste caso, Arns foi ouvido. O presidente da CNBB falou. Até o proprietário do Cartório que reconheceu a firma de Agnelo pôde manifestar-se, embora nada dissesse que anulasse o reconhecimento da firma. Só a minha palavra foi bloqueada. E eu a pessoa mais visada no assunto!

Contudo, há sempre alguém nos altos escalões clericais que, movido pela consciência e pela amizade, me favorece com informações excepcionais e com documentos preciosos.

Eis outra carta de Rossi endereçada ao mesmo Evaristo Arns e outra vez sobre o mesmo assunto:

Roma, 2 de maio de 1979

Exmo. Sr. Cardeal Arns,

Saudações

Li os recortes que me enviou sobre o relatório da CISA divulgado pela revista *Veja*. Houve então outra oportunidade, sem nós esperarmos, de serem divulgadas as nossas explicações a respeito da carta de novembro de 1971 em que lhe falei do padre Aníbal Pereira dos Reis.

De qualquer forma, penso, ele foi desmoralizado entre os protestantes.

Estou informado de que muitos, incluindo-se os chefetes batistas, por causa da divulgação das minhas explicações para taxar aquela carta como forjada e espúria, consideram o padre Aníbal o autor dela. E isso é ótimo para nós. Quando apresentei ao *Jornal Batista* as justificações para ser considerada a carta de novembro de 1971 apócrifa, nem pensei em atribuir a falsificação ao padre. Se dei a entender isso, tanto melhor.

Naquela ocasião fiquei surpreso com a divulgação daquela minha carta e até hoje não se descobriu como ela chegou às mãos do padre Aníbal. Isto continua me deixando bastante intrigado. O ótimo porém é que a publicação dela surtiu grandes resultados para nós. Bom será, todavia, que se tome cuidado para que outros documentos nossos não se tornem do conhecimento geral.

Naquele tempo cheguei até a pensar que os protestantes se uniriam em torno daquele sacerdote herege, não só para defendê-lo, mas também para prestigiá-lo. Pensei que iriam fazer uma enorme arrancada de proselitismo.

Felizmente tudo aconteceu a nosso favor.

O clero brasileiro vai desmoralizando o padre Aníbal a ponto de não encontrar mais oportunidades no próprio meio protestante. O êxito de nosso trabalho se deve em muito à desunião dos protestantes, à falta de inteligência dos seus chefetes e à ambição destes.

A própria literatura do padre Aníbal Pereira dos Reis não tem nos meios protestantes aquela aceitação que poderia ter. Felizmente porque isso se dá. Nós estaríamos assaz prejudicados se houvesse maior aceitação dos livros dele, pois sua argumentação é segura e sólida.

Penso, sr. Cardeal Arns, ter chegado a hora de jogarmos a última pá de terra no padre Aníbal.

Conheço-o muito bem. Estou certo do seu descontentamento nos meios protestantes batistas. Ele tem muitas energias e não se

conforma em ser pouco aproveitado com poucas oportunidades. Penso que agora já podemos afastá-lo de vez. Talvez seria muito aconselhável que o procurasse para lhe oferecer um bom cargo, por exemplo, de diretor clínico de um dos nossos hospitais. Assim ficaria para sempre afastado do trabalho de pregador protestante. Nós ficaríamos livres do seu zelo pertinaz com a vantagem de o termos a nosso serviço.

Aí em S. Paulo há sacerdotes que continuam muito amigos dele, com o mons. Expedito Marcondes, o mons. Roberto Roxo, o Dom Angélico. Um deles poderia, com prudência, tratar do assunto com ele.

Agradeço-lhe a remessa dos recortes, os quais sempre aguardo por serem muito úteis.

Outros assuntos trataremos quando estivermos juntos.

Um abraço. Em Nosso Senhor, a) Agnelo Card Rossi. Continuo em tratamento de saúde. A crise de Puebla me abateu muito. Preciso de suas orações nesse sentido”.

Com o intuito de comprovar a sua legitimidade, apresento no fim deste livro o seu fac-símile em tamanho reduzido de acordo com as dimensões destas páginas.

Sem quaisquer comentários.

A carta que vem em papel com o escudo da Congregação para a Evangelização dos Povos, que traz a atual assinatura de Rossi como cardeal, fala por si!!!

Cada leitor tire as suas conclusões.

Como me chegou às mãos esta outra carta?

Foi pela mesma pessoa que me entregou a anterior!

Revelar-lhe o nome?

Jamais!!!

Essa amizade e essa confiança valem todos os meus sacrifícios e sofrimentos.

Enfim, jamais aceitarei qualquer apoio do clero. Recuso-me a servi-lo e a tornar-me outra vez laçao do Vaticano.

Das garras do “papa” liberto por Jesus Cristo, apesar das dificuldades próprias e normais de um trabalho que quer ser fiel à Verdade integral do Evangelho, jamais me desgarrarei das sagradas sendas deste ideal.

Bem ao contrário!

Gloriando-me em minhas fraquezas porque a Graça superabunda em mim, sempre honrarei com meus sofrimentos as marcas do Senhor Jesus Cristo que trago em meu corpo.

.oOo.

